

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.069 - AL (2019/0354016-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO JORGE MUSSI**  
**RECORRENTE** : J I F (PRESO)  
**ADVOGADOS** : HENRIQUE DA GRAÇA VIEIRA - AL008776  
EUCLIDES ANTONIO RODRIGUES BEZERRA - AL008782  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por J I F contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de Alagoas, no julgamento do *Writ* n. 0802232-57.2019.8.02.0000.

Depreende-se dos autos que o recorrente encontra-se preso preventivamente, pela prática, em tese, do crime previsto no art. 213, na forma do artigo 29, ambos do Código Penal.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem.

Nesta via, o recorrente alega a ausência de fundamentação idônea para justificar o decreto da segregação cautelar, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da preventiva, previstos no art. 312 do CPP.

Aduz que não teria sido demonstrado, com base em elementos concretos, como a liberdade poderia oferecer risco à ordem pública, ao bom andamento da instrução criminal ou à aplicação da lei penal.

Realça as condições pessoais favoráveis do réu, que seria primário, de bons antecedentes, com residência fixa e ocupação lícita, predcados que lhe garantiriam o direito de responder à ação penal em liberdade.

Argumenta a excepcionalidade da medida extrema, enfatizando que faria jus a substituição da preventiva por medidas cautelares descritas no art. 319 do CPP.

Salienta que a "*pena aplicada pelo juízo não foi correta, violando o PRINCÍPIO DA RETROATIVIDADE DA LEI PENAL MAIS BENÉFICA AO RÉU*" (e-STJ fl. 131), tendo em vista que "*o Juízo a quo aplicou a pena base nos termos da lei 12.015/09, iniciando a pena base de 07 (SETE) ANOS E 06 (MESES) DE RECLUSÃO, quando na verdade deveria ter tomado como parâmetro a lei anterior, que tinha a pena base para o crime de estupro de TRÊS A OITO ANOS de reclusão*" (e-STJ fls.130/131).

Requer a concessão sumária e definitiva da ordem constitucional para que seja revogada a sua prisão preventiva, ainda que mediante a incidência de medidas cautelares alternativas, expedindo-se o competente alvará de soltura em seu favor.

É o relatório.

A concessão da tutela de urgência reserva-se aos casos excepcionais de ofensa manifesta ao direito de ir e vir e desde que preenchidos os pressupostos legais, que são o *fumus boni juris* e o *periculum in mora*.

*In casu*, mostra-se inviável acolher a pretensão sumária, porquanto, ao menos nessa etapa, verifica-se a presença de fundamentos concretos para a denegação da ordem e manutenção da prisão cautelar, consoante é possível inferir-se do seguinte trecho do aresto

impugnado (e-STJ fls. 116-120):

*Observo que o paciente foi preso preventivamente por não ter sido encontrado em seu endereço, tendo ainda passado um tempo considerável foragido.*

*[...]*

*Posteriormente, o Magistrado reavaliou a prisão do ora paciente em duas oportunidades, inclusive na Sentença, porém manteve a segregação cautelar, em razão da permanência das razões que inicialmente motivaram o aprisionamento do sujeito.*

*[...]*

*Nesse diapasão, reputo que, embora os impetrantes sustentem que a prisão preventiva do ora paciente não se baseou em argumentos idôneos, porque não restou configurada típica situação de acusado foragido, tendo em vista que o réu não foi citado no local indicado no inquérito policial, considero que não há como acolher essa tese, mormente porque, ao observar os dados constantes na qualificação da denúncia e na certidão do oficial de justiça, é possível observar que o endereço do réu é idêntico àquele constante na fase investigatória.*

*[...]*

*Ademais, ao debruçar-me sobre o principal motivo que sustentou a prisão preventiva do ora paciente, qual seja, o largo tempo que passou foragido do distrito da culpa, considero que a argumentação usada pelo Juiz para sustentar a segregação cautelar é válida e ainda se mostra presente, não podendo correr-se o risco de colocar o acusado em liberdade e não poder mais encontrá-lo para que a lei penal seja efetivamente aplicada.*

*[...]*

*Por tudo isso, reputo que a prisão preventiva decretada em desfavor do ora paciente deve ser mantida incólume.*

*Quanto à tese subsidiária de substituir o decreto segregativo por medidas cautelares diversas da prisão, considero que este pedido não pode ser acolhido, tendo em conta a gravidade concreta do caso em análise.*

*No ponto, importa registrar que apenas a via segregativa é adequada para garantir a aplicação da lei penal, evitando, assim, que o ora paciente passe outro longo lapso temporal afastado do distrito da culpa e o processo penal quede fadado ao fracasso.*

Tais argumentos são suficientes para rechaçar, ao menos nesse momento

# *Superior Tribunal de Justiça*

processual, o alegado constrangimento ilegal de que estaria sendo vítima a parte recorrente.

De mais a mais, a motivação que dá suporte à pretensão liminar confunde-se com o mérito do recurso, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo.

Nesse sentido:

*AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE INDEFERE A LIMINAR. RECURSO INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.*

*1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de não ser cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de relator que motivadamente defere ou indefere liminar em habeas corpus.*

*2. Não se verifica na decisão agravada manifesta ilegalidade a justificar o deferimento da tutela de urgência, tendo em vista que a análise do alegado constrangimento ilegal confunde-se com o próprio mérito da impetração e implica análise pormenorizada dos autos, devendo ser reservada à apreciação perante o colegiado, após manifestação do Ministério Público Federal.*

*3. Agravo interno não conhecido.*

*(AgRg no HC 393.765/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 25/04/2017)*

Diante do exposto, **indefere-se a liminar**.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo singular, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da questão e, se houver, de senha para acesso ao andamento do respectivo processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator